

“Ecologia” e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas

FRANÇOIS CHESNAIS e CLAUDE SERFATI*

1. Introdução

A idéia central apresentada neste artigo é a seguinte: hoje em dia, por trás de palavras como “ecologia” e “meio ambiente”, ou ainda nas expressões “questões ecológicas” e “questões ambientais”, encontra-se nada menos do que a perenidade das condições de reprodução social de certas classes, de certos povos e, até mesmo, de certos países. Como esses estão, mais freqüentemente, situados seja no que se denomina, hoje, de “Sul” ou no antigo “Leste”, a ameaça parece longínqua e, portanto, *abstracta* nos países do centro do capitalismo mundial. O tempo de gestação muito *longo* dos plenos efeitos de mecanismos presentes no capitalismo desde suas origens foi e continua sendo, mais do que nunca, um fator de inércia nos países capitalistas avançados¹. Os grupos industriais e os governos dos países da OCDE tiram, amplamente, partido desse fato para difundir a idéia de que a degradação das condições físicas da vida social faria parte dos males “naturais” a que alguns povos seriam chamados a submeter-se. Para esses, seria uma “infelicidade” suplementar. Na apresentação dominante, as degradações ambientais planetárias exigiriam, pois, dos países avançados que adotassem, quando muito, mudanças *marginais* em suas

* François Chesnais e Claude Serfati são professores, respectivamente, na Université de Paris-Nord (Villetaneuse) e na Université de Versailles-Saint Quentin. Tradução de Maryse Farhi.

¹ Sobre a questão de duração e dos longos tempos próprios à ecologia, ver Jean-Paul Deléage, *Une histoire de l'écologie*. Paris, Éditions de la Découverte, 1991, e novamente publicado no Points Seuil, p. 246 e ss.

escolhas tecnológicas e em seu modo de vida cotidiano. Da mesma forma, o único “modelo de desenvolvimento” proposto aos países “atrasados” continuaria sendo aquele difundido pelos meios de comunicações a partir dos centros do capitalismo mundial e a ter por base as mercadorias e as formas de vida social produzidas pelos grandes grupos industriais e financeiros.

As palavras “ecologia” e “meio-ambiente” mantêm um grau elevado de neutralidade diante dessa realidade. Elas tornaram-se impróprias e perigosamente inadequadas, de forma que seria necessário substituí-las por outras mais apropriadas. Isso só poderá ser feito no quadro de uma crítica renovada do capitalismo que *vincularia*, de forma indissociável, a *exploração dos dominados* pelos possuidores de riqueza e a *destruição da natureza e da biosfera*. Esse objetivo teórico é partilhado por outros além de nós, mas ainda está longe de fazer parte das posições comuns a todos os marxistas ou ao conjunto das correntes revolucionárias. Essas notas² expõem fios condutores marxianos ou marxistas, mas elas se dirigem a todos os que se preocupam com a renovação de uma crítica radical do capitalismo e que buscam, pois, a se apropriar novamente o pensamento das correntes fundadoras de tal crítica.

1.1. Retornar aos fundamentos das relações sociais capitalistas

Se nós (entendido, aqui, como a civilização humana) entramos numa fase da história do capitalismo em que as conseqüências ambientais da acumulação no quadro da dominação mundial do capital financeiro tendem a materializar-se sob formas extremamente graves e num ritmo que se acelera, os mecanismos que levaram a essa situação estavam presentes *desde as origens* do capitalismo. Para entender as relações do capitalismo com suas condições de produção “externas”, é necessário retornar às origens e aos fundamentos sociais desse modo de produção e de dominação social. Esse é o objeto da primeira parte deste texto. A guerra travada pelo capital para arrancar o campesinato à terra e para submeter a atividade agrícola inteira e exclusivamente ao lucro, da qual vivemos novos episódios hoje em dia, é uma guerra fundadora do novo modo de produção e das formas sociais de dominação que lhe são próprias. Os dois mecanismos complementares de predação capitalista, dos quais se pode analisar o jogo e os efeitos, remontam à primeira fase do capitalismo. Um deles tem por fundamento a propriedade privada da terra e dos recursos do subsolo permitindo a apropriação das rendas. O outro repousa sobre uma das afirmações fundadoras da economia política (denominada, hoje em dia, de “ciência econômica”), a de que os elementos do mundo natural, outros que a terra e o subsolo, inicialmente abundantes em demasia para serem facilmente submetidos, como hoje,

² O termo “notas” traduz, ao mesmo tempo, o fato de que é a primeira vez que nós (os autores) abordamos essas questões de uma forma que não seja alusiva e que, por essa razão, somos obrigados a tratar de um leque bastante amplo de questões sem realmente aprofundá-las.

a um mecanismo de apropriação ou de exploração privado – a água e o ar e, por extensão, a biosfera – seriam inesgotáveis e, portanto, gratuitos. Os fundamentos sociais do capitalismo fornecem igualmente a chave dos mecanismos bem específicos de seleção social das técnicas que esse modo de produção e de dominação social criou, das quais a civilização do automóvel e os organismos geneticamente modificados (OGM) são a expressão contemporânea. Todos esses mecanismos e as tendências que eles suscitam estavam *inscritos* nos próprios fundamentos do modo de produção, bem como nos modos de dominação de classe, nacionais e internacionais (imperialistas).

Ao longo das três décadas de forte crescimento do pós-guerra, houve considerável aceleração do jogo dos mecanismos cumulativos, destruidores dos equilíbrios ecológicos, sob o efeito das formas de produção e de consumo tanto do “fordismo” quanto da economia “planificada” staliniana. A crise ecológica planetária tem sua origem nos fundamentos e nos princípios de funcionamento do capitalismo, desdobrados das conseqüências da organização política e econômica dos Estados burocráticos, inclusive a China. Mas, já que esses mecanismos estavam associados a uma importante elevação do nível de vida, embora preponderantemente nos países desenvolvidos, reflexos de cegueira coletiva prevaleceram. Governos, empresas, partidos e sindicatos operários entenderam-se de forma tácita para silenciar as questões ecológicas. Hoje, a gravidade das agressões à biosfera é conhecida. Os trabalhos da comissão científica, criada pelas Nações Unidas para estudar as mudanças climáticas³, estabeleceram que em certos domínios, tais como os recursos não-renováveis e, possivelmente, a biodiversidade, as degradações atingiram patamares de irreversibilidade ou, pelo menos, estão próximos a eles. Nem por isso, os governos dos países capitalistas desenvolvidos e as instituições internacionais deixam de engajar-se na via de um agravamento da situação pela ampliação de “direitos a poluir” que sistematizam o caráter intangível da propriedade privada bem como o direito do capital à pilhagem da natureza. Do lado daqueles que, hoje, são designados sob o termo de “antimundialistas”, constata-se simultaneamente uma consciência bastante forte da existência de um vínculo entre tais degradações e a liberalização e a desregulamentação que colocam o poder econômico efetivo entre as mãos dos “mercados”, e uma forte relutância em pôr em causa o capitalismo, bem como as formas dominantes da propriedade dos meios de produção, de comunicação e de troca. Hoje, “nossa espécie violenta o movimento global da natureza”⁴: ela o faz no quadro de um modo de

³ No que concerne à questão do aquecimento climático e suas conseqüências sociais, essa aceleração constitui um dos principais resultados do segundo relatório da Comissão das Nações Unidas.

⁴ Jean-Paul Déleage, *Une histoire de l'écologie*, op. cit., p. 289.

produção bem específico. Traços contemporâneos aceleram seu ritmo, só deixando a cada indivíduo ou a cada conjunto microssocial uma margem de manobra muito fraca em relação a sua participação ou não nesse processo. Em muitos casos, as respostas são mundiais e se situam no modo de produção e de dominação tomado enquanto tal. Este texto pretende contribuir, na França, a dar às questões relativas às *condições físicas da reprodução da vida* em sociedade (no imediato, aquela de sociedades *determinadas*) o estatuto de questões teóricas e políticas de primeira grandeza.

A idéia explorada na segunda parte deste texto é que a situação que se criou constitui uma crise para a humanidade, uma crise da civilização humana; mas, no que tange ao capitalismo, as coisas não podem ser analisadas tão simplesmente. A crise ecológica planetária ou as crises ecológicas, cujos efeitos se repartem de forma muito desigual, são produto do capitalismo, mas nem por isso são fator central de crise para este. Hoje, ela se desenvolve de modo acelerado sob o efeito da busca pelo capital de “soluções” para suas contradições profundas (taxa e massa de mais-valia, taxa de lucro, superacumulação endêmica etc.) numa desabrida fuga para a frente, tornada possível pela liberalização, a desregulamentação e a globalização. Tomada por este ângulo, a crise ecológica planetária é, pois, uma “crise capitalista”. Mas, ela testemunha a plena reafirmação da vontade e da recorrente capacidade do capital em *transferir a seu meio “externo”* geopolítico e ambiental (a biosfera) as conseqüências de contradições que são, exclusivamente, suas, no sentido de que surgiram das relações de produção e de propriedade que o fundam.

Ficou claro que nós (neste caso, os autores desta nota) não compartilhamos a idéia de que, pelo viés da destruição ou de danos graves ao ambiente natural, o capitalismo poria em perigo, e até destruiria, suas próprias condições de reprodução e de funcionamento *enquanto* capitalismo. Não aderimos à tese da “segunda contradição”⁵. É no âmago dos mecanismos de criação e de apropriação da mais-valia que jazem as contradições que fazem com que “a verdadeira barreira da produção capitalista seja o próprio capital”⁶. Na esfera do ambiente natural, o capital representa uma barreira, ou, mais exatamente, uma ameaça premente *para a humanidade* – e, no imediato, para certas parcelas específicas dessa –, *mas não para o capital em si*. No plano econômico, o capital transforma as poluições industriais, bem como a rarefação e/ou a degradação de recursos, como a água e até o ar, em “mercados”, isto é, em novos campos de acumulação. Em domínios

⁵ James O’Connor, “La seconde contradiction du socialisme: causes et conséquences”, *Actuel Marx*, n. 12, “L’écologie, ce matérialisme historique”, Paris, 1992, p. 30-6.

⁶ Karl Marx, *Le capital*. Paris, Éditions Sociales, liv. III, t. 6, cap. XV, p. 263. [Ed. bras.: *O capital*, São Paulo, Abril Cultural, Coleção Os Economistas, 1983.]

como o das repercussões da decodificação do genoma ou o dos OGMs, vemos estratégias de dominação econômica e política sem precedentes em sua forma e seus objetivos⁷, acompanhadas por “apostas” tecnológicas cegas, de uma irresponsabilidade social total. Frequentemente, seu motor é a satisfação do “valor acionário” demandado por investidores institucionais e pelos mercados de ações. No plano político, o capital é plenamente capaz de transferir o peso das degradações para países e classes mais fracas. Em caso de necessidade, ele pode, em último recurso, dirigir toda a potência militar dos imperialismos dominantes para tarefas de “manutenção da ordem” em todas as partes do mundo em que as degradações das condições de existência dos povos, sob efeito das destruições ambientais, possam provocar levantamentos.

1.2. O que é um modo de produção

O que está em causa, no plano teórico, é o conteúdo que seria necessário dar à noção de “modo de produção”. Pensamos que, para Marx, o termo designa um *modo de dominação social* tanto quanto uma forma de organização da produção material. Parece-nos, igualmente, profundamente errôneo reduzir a reprodução do capital às suas simples dimensões econômicas⁸. A esse respeito, o trabalho teórico sobre a mundialização contemporânea do capital⁹ e do imperialismo em suas formas mais atuais (as da guerra do Kosovo e do “pós 11 de setembro”) é de grande utilidade¹⁰. É evidente que estamos diante de mecanismos e de políticas conscientes de *reprodução de uma dominação social mundializada*. No nível atingido pela polarização da riqueza, essa dominação é aquela, na escala global, de uma pequena, ou até mesmo de uma muito pequena, fração da humanidade, em sua maioria, concentrada nos países capitalistas avançados. A dominação repousa em bases onde o “econômico” e o “político” estão, inextricavelmente, emaranhados. É impossível dissociar as destruições ambientais e ecológicas das agressões desfechadas contra as condições de vida dos proletários urbanos e rurais e de suas famílias, notadamente dos que vivem nos países ditos do Sul, sob

⁷ Isto foi estabelecido, com todos os detalhes científicos necessários, em Jean-Pierre Berlan (coordenador e principal autor), *La guerre au vivant, OGM et mistifications scientifiques*, Marselha, Agone, 2001.

⁸ Alain Bihr, em *La reproduction du capital: prolégomènes à une théorie générale du capitalisme*. Lausanne, Éditions Page Deux, 2001, fornece elementos úteis nesse sentido.

⁹ François Chesnais, *La mondialisation du capital*. Paris, Syros, 1994 e 1997 (edição revista e ampliada).

¹⁰ Sobre as dimensões militares cujos laços com as “desordens” de origem ecológica serão cada vez mais estreitos, ver Claude Serfati, *La mondialisation armée, le déséquilibre de la terreur*, Textuel, La Discorde, 2001.

dominação imperialista. Também é impossível dissociar as formas econômicas da dominação e da violência de suas formas políticas e militares¹¹. Tomadas em seu conjunto, as destruições ambientais e ecológicas e as agressões contra as condições de vida dos proletários são resultado dos efeitos cumulativos de mecanismos secretados pelo funcionamento, há décadas, do modo de produção capitalista e da dominação contemporânea, renovada e quase sem limites, do capital financeiro.

A *essência rentista* da finança e suas estreitas relações com as situações de renda do solo e das produções do subsolo são fatores particularmente críticos no bloqueio de soluções, mesmo muito parciais e insuficientes, propostas para diferentes aspectos da crise ecológica. Contrariamente à tese da “segunda contradição”, o capital entende fazer um mercado da “reparação” das degradações ecológicas. Longe de afetar sua reprodução como capital, essas se tornarão uma imensa fonte de lucros e de sustentação dos preços das ações. Paralelamente, os governos dos países ricos, ou pelo menos alguns dentre eles (os que têm a “fibra ecológica” no sentido banal e, finalmente, bastante reacionário do termo), cuidarão para que as conseqüências da “crise ecológica” afetem o menos e o mais tarde possível as condições de reprodução do modo de vida dos proprietários do capital, de seus dependentes e das camadas sociais que fazem causa comum com eles. Desse ponto de vista, ao afirmar a intangibilidade do modo de existência material dos norte-americanos, único fundamento possível de seu nível de vida, George Bush exprimiu em voz alta uma posição partilhada pelos principais grupos industriais e financeiros mundiais (não somente norte-americanos), bem como por numerosos governos que não ficaram zangados que ele tenha tomado a si a responsabilidade de torpedear o acordo *ad minima* de Kyoto. A situação que está reservada aos “países do Sul” testemunha a perenidade das relações de dominação imperialista, mas num contexto em que as populações dos países podem ser deixadas sob o controle de “leis naturais” propostas por Malthus na alvorada do século XIX.

2. Algumas questões prévias

Antes de aprofundar um pouco o enunciado dessas duas idéias que comandam nossa reflexão neste texto, queremos dizer algumas palavras sobre pontos de natureza prévia. Trata-se para nós de uma obrigação pessoal, no momento em que abordamos pela primeira vez um terreno em que obram muitos especialistas, mas que os teóricos do capitalismo pouco exploraram.

¹¹ Sobre o lugar da Otan na defesa do regime de propriedade privada, ver os materiais reunidos em Claude Serfati, *La mondialisation armée*, op. cit.

2.1. Um imenso atraso teórico e político a recuperar

O atraso é aquele que nós (os autores deste texto) reconhecemos a título pessoal, do ponto de vista de nosso trabalho sobre a crítica do capitalismo. Mas nos parece que, de forma geral, esse mesmo atraso também é o da mais ampla maioria daqueles que se reclamam do marxismo. A análise e a discussão das questões relativas ao meio ambiente e as ameaças ecológicas cada vez mais prementes que pesam sobre as condições físicas e sociais da reprodução em partes determinadas do globo se fizeram – e continuam ainda a se fazer – *muito largamente* fora de uma *referência forte* a uma problemática marxiana e/ou marxista¹². Elas se fizeram, salvo exceção, sem que se estabelecessem laços fortes com as molas da acumulação capitalista, que se efetua, hoje, sob a égide de uma nova configuração do capital financeiro. Elas se fizeram sem que houvesse um enunciado claro do fato de que as relações de produção capitalistas são *também*, e de forma simultânea, relações de dominação, cuja reprodução e expansão se operam no quadro de relações imperialistas renovadas. Elas se fizeram fora da análise crítica das relações sociais fundadas sobre a propriedade privada e da demonstração de suas implicações cotidianas. O fato de que seu tempo de gestação tenha sido muito longo permitiu seja ignorá-los quase totalmente seja trabalhar teórica e politicamente na idéia de que tais tendências seriam barradas e suas conseqüências retificadas, consertadas *após* a revolução, no quadro do socialismo.

A responsabilidade dessas carências e desses atrasos incumbe aos marxistas tanto e, no que nos concerne, *mais* do que aos ecologistas. É, evidentemente, inegável que, em sua grande maioria, os ecologistas acreditaram poder ou quiseram, deliberadamente, evitar fundamentar suas propostas numa crítica do capitalismo de tipo marxiano ou marxista. Atenuaram, ou até apagaram, a importância das relações entre o que chamam de “produtivismo” e a lógica do lucro, da mesma forma que fizeram silêncio sobre o papel central da propriedade privada na crise ecológica. Isso contribuiu fortemente para explicar que seu combate tenha sido destinado ao fracasso ou, pior, à recuperação pelo sistema. A ausência de uma postura anticapitalista levou a maioria dos partidos verdes europeus a se tornarem simples parceiros “ecorreformistas” da gestão social-liberal do capitalismo pelos governos dirigidos por partidos sociais-democratas ou stalinistas arrependidos. Mas a subida do pensamento ecologista e das formações políticas que dele se reclamam não teria

¹² O importante livro, de origem marxiana, de Christian DeBresson, sobre a mudança técnica, se baseia, quase que exclusivamente, em suas relações com e seus efeitos sobre o trabalho, bem como sobre as maneiras que os operários podem tentar para transformar esse terreno em um campo de mobilização. A questão ecológica é apenas mencionada. Ver Christian DeBresson, *Comprendre le changement technique*, Ottawa/Bruxelas, Les Presses de l'Université d'Ottawa e Les Éditions de l'Université de Bruxelles, 1993.

sido possível sem o terrível *vácuo teórico e político* que se formou do lado dos marxistas e que durou ao menos até o início dos anos 1990¹³.

Esse atraso muito importante da análise marxista é o resultado combinado de numerosos fatores. Suas raízes estão mergulhadas na *leitura unilateralmente "produtivista"* do trabalho de Marx e de Engels efetuada durante décadas. Na concepção que prevaleceu, o "envelope" institucional e organizacional no qual se efetua o desenvolvimento produtivo, incluindo o da ciência, é reconhecido como sendo capitalista de cabo a rabo, mas sem que isso afete, senão de forma superficial, a orientação e os resultados desse desenvolvimento. A ciência, a tecnologia e as "formas de cultivar e de fabricar" ou, dito de outra forma, as formas das relações com a natureza seriam para o socialismo ao mesmo tempo uma "herança" e um "trampolim". Elas constituiriam primeiro uma "herança" que o socialismo poderia aceitar após inventário, mas um inventário bastante sumário. Em seguida, seriam um "trampolim" a partir do qual a humanidade poderia avançar sem ter que realizar mais do que inflexões de rota e sem ter de gerenciar imensos estragos ao tentar reverter, pelo menos parcialmente, suas conseqüências. É sobre essa base que o movimento operário tradicional – os sindicatos e os partidos sociais-democratas, bem como os comunistas – puderam construir as posições que fazem deles os defensores tanto da energia nuclear quanto da indústria automobilística. Para os PCs ocidentais e os sindicatos ligados à Federação Sindical Mundial (FSM), tratava-se de defender a experiência desastrosa, do ponto de vista ecológico como em todos os outros planos, do "socialismo real" e da dominação social da burocracia staliniana¹⁴.

As mudanças nas correlações de força entre o capital e o trabalho nascidos da "contra-revolução conservadora" e da liberalização e desregulamentação, impostas às classes operárias e aos assalariados de todos os países, só pioraram as coisas. A "salvaguarda do emprego" tornou-se o objetivo prioritário, senão único, da ação do movimento operário, transformando-se num dos maiores argumentos contra toda proposta séria de limitação do uso do automóvel e até da simples aplicação dos textos de lei, bastantes limitadas, em matéria de controle de certas poluições, por exemplo, nas indústrias químicas. A "defesa do emprego" é mobilizada para que a agricultura produtivista e poluidora, bem como os

¹³ Michael Löwy, em seu artigo "De Marx à l'écossocialisme", atraiu nossa atenção para textos de Walter Benjamin e do militante socialista austríaco Julien Dickmann datados dos anos trinta. Mas, foi necessário esperar até os anos 1990, com os ensaios de James O'Connor, de Tiziano Bagarolo [ver "Essai sur marxisme et écologie", *Quatrième Internationale*, n. 44, maio-julho (de 1992) e números especiais de revistas americanas como *Science and Society* e *Monthly Review*].

¹⁴ Na França, o único autor de esquerda que reuniu elementos sobre essa experiência é Jean-Paul Déleage, *Une histoire de l'écologie*, op. cit., p. 287 e ss.

poderosos interesses agroalimentares, a ela ligados e gravemente postos em causa devido à “doença da vaca louca”, sejam atingidos da forma mais limitada possível, ou nem um pouco.

No que concerne à corrente trotskista da qual somos oriundos, a repetição das posições dos principais dirigentes e teóricos do partido bolchevista datando dos anos 1920 veio confortar posições largamente conformes às dos aparelhos da CGT e da FO. A posição dos dirigentes do partido bolchevique em atraso teórico e político em relação àqueles que, por outras vias, mantiveram e desenvolveram a crítica do capitalismo e a estenderam, de forma sistemática, por exemplo ao militarismo, deve evidentemente ser situada no contexto preciso em que se desenvolveu. A vitória da primeira revolução proletária num país pouco industrializado e com fraco desenvolvimento das capacidades de pesquisa científica e técnica acentuou, muito fortemente, a abordagem fundada na “dominação das leis naturais” e na dominação da “natureza”. Ela explica o elogio de Lênin ao taylorismo, os discursos sobre a ciência e a técnica de Trotski¹⁵, naquela época, e as posições sobre a ciência e a técnica de Bukharin, fortemente tingidas de positivismo¹⁶.

2.2. Re ler Marx e Engels e utilizar essa leitura no contexto histórico atual

Assim, é preciso retornar a Marx e Engels para relê-los e voltar a trabalhar a crítica do capitalismo, da qual eles lançaram os fundamentos. Da mesma forma, é preciso recusar também, e de forma muito mais firme do que se tem feito até agora, a crítica “ecologista” das formas materiais da civilização do capital financeiro monopolista.

Retornar a Marx *não quer dizer* tentar sustentar que ele, bem como Engels, com ele e após ele, não tenham escrito coisas contraditórias ou defendido posições cuja conciliação nem sempre é evidente. Ao lado de elementos críticos muito importantes, que foram durante muito tempo completamente negligenciados pelos teóricos marxistas após Marx, o fato é que existem em seu trabalho numerosos textos – de que puderam, e ainda podem, se valer os defensores da “ciência, fator de progresso” – que fazem o panegírico do capitalismo no plano da ciência e da tecnologia.

¹⁵ Ver, em particular, Leon Trotski, *Marxism and Science*. Trata-se de dois discursos de 1925 e 1926, publicados em inglês em 1938, com *fortes avisos* no curto prefácio escrito por Trotski e que *não foram levados em conta* pelas organizações trotskistas que o utilizam como um texto de formação.

¹⁶ John Belamy Foster, em *Marx's Ecology: Materialism and Nature*, Nova York, Monthly Review Press, 2000, acha que Bukharin foi, apesar de tudo, o único dirigente bolchevista a ter tido algumas intuições sobre a importância da biosfera.

Esses textos à glória da ciência, bem como os que fazem o panegírico da obra realizada pelo capitalismo e pela burguesia, devem ser recolocados em seu contexto, aquele das primeiras grandes exposições universais que marcaram todos que as viram. Se Marx e Engels não tivessem sido sensíveis a elas, pode-se estar certo de que os que lhes movem um processo acusando-os de positivismo e de cientificismo, os acusariam de ter vivido fora de seu tempo! Esses textos devem também, e sobretudo, ser situados na perspectiva histórica e nos prazos de transformação social que são os de Marx, como de todos os teóricos revolucionários, pelo menos até a Segunda Guerra Mundial. No espírito de Marx, enquanto sistema, marcado por crises econômicas graves e recorrentes, o capitalismo deveria desaparecer bastante depressa. A humanidade dele poderia se desfazer pela revolução assim que fossem reunidas as condições objetivas e subjetivas de sua ultrapassagem: os novos meios de produção e de transporte marítimo e terrestre, os primeiros meios de comunicação e uma classe operária concentrada, pronta a ser organizada no plano sindical e no plano político numa perspectiva de derrubada do capitalismo.

É bastante sabido que os textos sobre o caráter progressista do capitalismo no plano da criação científica e tecnológica são constantemente qualificados sob o ângulo de suas conseqüências muito negativas para os trabalhadores¹⁷. Menos freqüentemente, apontou-se que alguns desses textos¹⁸ foram igualmente qualificados sob o ângulo de suas conseqüências nefastas para a "terra", termo que é preciso considerar como uma abreviação para designar de modo muito mais amplo as condições naturais, físicas, da produção e da reprodução.

Uma das passagens em que Marx é mais explícito em relação às conseqüências "ecológicas" do capitalismo é aquele que encerra a longa quarta seção do livro I de *O capital*, sobre a produção da mais-valia relativa. Nessa passagem, ele trata da exploração (do "martirologio") dos operários agrícolas e industriais no quadro de desenvolvimentos mais amplos sobre a relação entre a agricultura e a grande indústria. Uma leitura minimamente atenta indica até que ponto, para Marx, *a idéia de progresso está subordinada à de revolução*:

Com a crescente preponderância da população das cidades que ela aglomera em grandes centros, a produção capitalista, de um lado, acumula a força motora da história; de outro lado, destrói não somente a saúde física dos operários urbanos e a vida

¹⁷ Na medida em que esses textos são muito sistematicamente negligenciados ou, em todos os casos, minorados em seu conteúdo analítico de transformação das forças produtivas em fatores destrutivos, permitimo-nos recomendar a releitura dos capítulos X a XV do livro I de *O capital*.

¹⁸ Esses textos críticos acabam de ser reunidos e reapreciados por Paul Burkert, *Marx and Nature: A Red and Green Perspective*, e por John Bellamy Foster, *Marx's Ecology: Materialism and nature*, op. cit.

intelectual dos trabalhadores rústicos, mas ainda perturba a circulação material entre o homem e a terra (etc.).¹⁹

Hoje como ontem, em condições históricas distintas, toda a questão está na capacidade de auto-organização dessa população²⁰, majoritariamente urbana, de vendedores de sua força de trabalho (de assalariados e de desempregados que são “proletários” mesmo se, em sua maioria, deixaram de ser operários), a ponto de ser capaz de desempenhar esse papel de “força motriz da história”, isto é, de sujeito político decidido a acabar com o capitalismo.

Na ausência ou numa situação de paralisia de tal sujeito político, o que *domina* é a consolidação e a acentuação de um processo em que

cada progresso da agricultura capitalista é um progresso não somente na arte de explorar o trabalhador, mas também na arte de deparar o solo; cada progresso na arte de aumentar a fertilidade por um certo tempo torna-se um progresso na ruína das fontes duradouras da fertilidade. Quanto mais um país, os Estados Unidos por exemplo, se desenvolve na base da grande indústria, mais rápido ocorre esse processo de destruição.

E Marx terminava com essa frase, da qual se fez uma utilização teórica muito limitada: “A produção capitalista só desenvolve a técnica (...) esgotando as duas fontes das quais jorram toda a riqueza: a terra e o trabalhador”²¹.

3. Traços predadores e processos destruidores com tempo de gestação longo

As revoluções do século XX foram desfeitas – por seu interior tanto ou até mesmo mais do que pelo exterior. Não ocorreu a passagem do capitalismo para uma forma de organização social na qual a humanidade passaria a controlar as condições materiais de sua reprodução, incluindo, ou melhor, começando sobretudo por seu ambiente natural planetário e sua biosfera. É, pois, no quadro da hipótese pessimista, em que “o processo de destruição se realiza rapidamente”, que estamos obrigados a nos situar. Certamente, Marx pensava poder indicá-lo simplesmente “para manter em memória”, por assim dizer. Bancando a aposta da extensão da revolução, notadamente na Alemanha, os bolchevistas ainda podiam pensar, algumas décadas depois, em tomar emprestado do capitalismo suas

¹⁹ “A grande indústria e a agricultura”, *Le capital*, livro I, última seção do capítulo XV.

²⁰ No *Manifesto do Partido Comunista*, a formação do “partido” é indissociável desse movimento de *auto-organização*. Longe de ser exterior a ela, esse movimento é uma de suas formas.

²¹ Karl Marx, *op. cit.*, livro I, última seção do cap. XV.

tecnologias como trampolim para uma situação em que liberariam a ciência e a técnica de seu invólucro capitalista. Hoje, somos obrigados a proceder de forma bem diferente.

Somos constrangidos a tentar desvencilhar-nos do economicismo ambiente. Nada seria mais urgente do que modificar o terreno e os termos atuais do diálogo dos marxistas com as correntes de pensamento dominantes, mesmo as “heterodoxas”, com o fim de *voltar a se apropriar* de uma crítica tão radical quanto possível do capitalismo, bem como da dominação burguesa. Hoje, ser fiel a Marx é relê-lo para procurar *com ele* (e não apenas em seu trabalho) todos os traços predatórios e parasitários, assim como todas as tendências à transformação das forças inicialmente ou potencialmente produtivas em forças destrutivas, que estavam inscritas nos fundamentos do capitalismo desde o início, mas cujo tempo de gestação e de maturação foi muito longo. Sempre houve, em Marx, uma incitação à crítica a mais radical possível, ao “catastrofismo”, como alguns gostam de chamá-la. Hoje, parece que se tornou necessário deixar livre curso a essa crítica radical, “pessimista”.

É, então, necessário buscar levar mais longe observações do tipo da que se encontra em *A ideologia alemã*, quando Marx observa que,

no desenvolvimento das forças produtivas, chega-se a um estágio em que nascem forças produtivas e meios de circulação que só podem tornar-se nefastas no quadro das relações existentes; elas não são mais forças produtivas mas forças destrutivas (o maquinismo e o dinheiro).²²

Em *A ideologia alemã*, Marx não leva a idéia além dessa constatação. Tampouco é certo que, ao falar desses dois mecanismos destrutivos, Marx pensasse na destruição da “natureza”. Aqui, como nos escritos filosóficos anteriores e como depois em *O capital*, Marx se refere sobretudo ao destino dos proletários e de suas famílias, bem como das camadas não proletarizadas mais exploradas. Lembremos em que termos Marx enunciava, no livro I de *O capital*, a maneira pela qual

a lei que põe o homem social em condição de produzir mais com menos trabalho transforma-se no meio capitalista – onde não são os meios de produção que estão a serviço dos trabalhadores, mas os trabalhadores que estão a serviço dos meios de produção – em uma lei contrária, isto é, quanto mais o trabalho ganha em recursos e em potência, quanto mais há pressão dos trabalhadores sobre seus meios de emprego, mais a condição de existência do assalariado, a venda de sua força de trabalho, torna-se precária.²³

²² Idem, *L'Idéologie Allemande*. Paris, Éditions Sociales, p. 67-8.

²³ Idem, *Le capital*, op. cit., livro I, cap. XXV, par. IV.

Hoje, Marx enunciaria uma “lei” (isto é, um mecanismo macrossocial que repousa sobre as relações de propriedade e as finalidades decorrentes da valorização do capital e que possui efeitos muito amplos) *complementar*, relativa à destruição pelo capitalismo do ambiente natural, dos recursos naturais e da biosfera. O termo complementar é indispensável, já que é no processo de constituição inicial, isto é, da *expropriação* das condições de existência anteriores dos “proletários”, dos homens e mulheres que formarão o “proletariado” (aqueles que só devem viver da venda de sua força de trabalho), e de sua dominação pelo capital, que jazem alguns dos mais importantes mecanismos de destruição deste meio ambiente.

Ao se colocar numa perspectiva de gestação longa, esta seção irá, assim, focalizar-se nos mais importantes mecanismos econômicos e sociais que são a origem das tendências, despercebidas por muito tempo, do capitalismo à predação, ao parasitismo e à transformação de forças inicialmente ou potencialmente produtivas em forças destrutivas²⁴ no campo do meio ambiente natural e da biosfera. Embora coexistam com as tendências “progressistas” sobre as quais a ênfase foi posta por todos os comentadores de Marx até os trabalhos acima citados, elas caracterizam, desde o início, as relações que o capitalismo estabelece com as condições externas de produção encontradas no momento de seu surgimento e no quadro das quais se move. A última parte dessa seção buscará apontar, muito brevemente, as conseqüências da centralização e da concentração do capital e a formação de alguns dos mais poderosos oligopólios ao redor de atividades, de indústrias e de formas da vida quotidiana, que têm os mais fortes efeitos destruidores das condições naturais de reprodução da vida.

3.1. *Da expropriação do campesinato à “expropriação do vivente”*²⁵

É no mundo rural e pela penetração das relações de produção capitalistas na agricultura e na pecuária que é preciso começar. Ali se situa um dos fundamentos mais cruciais do modo de produção e de dominação ao qual estamos submetidos e encontra-se *também* a origem de um dos mais permanentes mecanismos de agressão aos metabolismos sobre os quais a reprodução física da sociedade humana repousa. Estamos em presença de uma esfera em que o capital financeiro

²⁴ Esta é a posição doravante assumida por Michael Löwy, pelo menos no campo da ecologia, na linha de Tiziano Bagarolo (ver nota 6 para as duas referências). Nosso primeiro trabalho teórico sobre a transformação de forças inicialmente ou potencialmente produtivas em forças destrutivas remonta, para um de nós (Chesnais) a um artigo de 1967 em *La Verité* (sob o nome Etienne Laurent). O artigo aplicava a idéia ao proletariado, às crises e ao desenvolvimento da ciência sob o império do militarismo e das indústrias de guerra.

²⁵ No sentido desenvolvido por R. Lewontin e J. P. Berlan; ver *La guerre au vivant*, op. cit.

prossigue, mais ferozmente ainda, sua busca simultânea de lucro e de forças renovadas de dominação social. Ele se apóia num processo que remonta aos primórdios do capitalismo, mas que conheceu fases de trégua que, hoje, fazem figura da “idade de ouro”.

A expropriação dos produtores camponeses diretos e a submissão da produção agrícola e animal ao mercado e ao lucro são mecanismos que datam da formação do capitalismo na Inglaterra²⁶. É sabido o papel fundamental que desempenhou aqui a expropriação dos agricultores ingleses do século XVI ao século XVIII, notadamente pelo movimento de apropriação privada dos terrenos comuns, dito das *enclosures*, decretado por Thomas More como um mecanismo social ao fim do qual os rebanhos “comem os homens” (“*sheep devouring men*”). Marx colocou o processo de expropriação do campesinato no cerne dos mecanismos de acumulação primitiva. Mas, esse processo nunca deixou de existir e prossegue até nossos dias, e não é atribuível somente às políticas do Fundo Monetário Internacional (FMI), por mais que seja necessário incriminá-las. É no núcleo das relações de produção e de dominação que ele se situa.

Desde as primeiras colonizações, a história econômica e social dos países do “Sul” subordinados ao imperialismo é aquela, no que aqui nos concerne, de ondas sucessivas de expropriação dos camponeses em proveito de formas concentradas de exploração da terra (desflorestamento, plantações, pecuária extensiva etc.) para a exportação aos países capitalistas centrais. Quando se examina a situação dos maiores exportadores de matérias-primas não minerais – o Brasil, a Indonésia ou os países do Sudeste da Ásia – encontramos-nos diante de um processo em que as destruições ambientais e ecológicas cada vez mais irreversíveis estão acompanhadas por agressões constantes desferidas contra as condições de vida dos produtores e de suas famílias, de forma que é impossível dissociar a questão social da questão ecológica. Os beneficiários sempre foram os mesmos: os grandes grupos de comércio e, depois, de produção agroalimentar, aliados, em configurações múltiplas e mutáveis, às classes dominantes locais, oligarquias rentistas ou capitalistas. O ataque do capital contra a produção direta fomentou a luta de classes no campo, primeiro nos países capitalistas mais antigos e, no século XX, nos países do Sul. Hoje, a novidade consiste numa tomada de consciência da interconexão entre as destruições ecológicas e as agressões contra as condições de existência dos produtores, que é um dos traços – na América Latina como na Ásia – dos movimentos camponeses contemporâneos (por exemplo, o Movimento dos Sem-Terra do Brasil).

²⁶ Ver, para uma síntese recente, E. M. Wood, *The Origin of Capitalism*. Nova York, Monthly Review Press, 1999.

O interesse teórico da agricultura é a ilustração das *implicações da questão do controle pelos produtores diretos de suas condições de produção*. É uma das dimensões de sua imensa importância social. Na agricultura, a separação ou a perda de controle ocorreu duas vezes, em dois contextos econômicos, sociais e técnicos distintos. No caso dos países com implantação capitalista mais remota, essas duas expropriações sucessivas tiveram lugar com séculos de intervalo. Na primeira vez, a separação dos produtores diretos de suas condições de produção confundiu-se com o movimento de expropriação maciça do campesinato. Em muitas passagens de *O capital* ou dos *Grundrisse*, Marx, ao mesmo tempo em que explicita as condições e as conseqüências humanas, considera-a como inevitável e até mesmo necessária. A passagem a uma agricultura moderna, se apoiando-se na agronomia dos “*gentlemen farmers*” dos séculos XVIII e XIX e capaz de reciclar seus refugos segundo os preceitos da nova química do solo, lhe parece-lhe um ponto de passagem incontornável num desenvolvimento social que ele considera ainda como colocado sob o signo do progresso. Isso ocorre mesmo depois que ele toma rapidamente consciência que a submissão da agricultura aos ritmos de crescimento comandados pela rápida industrialização vai transtornar os metabolismos naturais e dar início ao movimento de fuga para a frente, em que “cada progresso da arte de elevar a fertilidade por um tempo [é] um progresso na ruína de suas fontes duradouras de fertilidade”²⁷.

Na Inglaterra primeiro e depois, com muito tempo de atraso, em quase todos os países que tiveram uma revolução democrática burguesa e desenvolvimento capitalista, o primeiro movimento de expropriação foi seguido por uma fase mais ou menos longa em que parece se formar um novo equilíbrio. Tem-se a impressão de assistir ao estabelecimento de uma nova forma de controle pelos produtores diretos de suas condições de produção capitalista na base de pequenas ou médias explorações trabalhando para os mercados locais e urbanos. Somente os Estados Unidos constituem aqui, como em tantos outros domínios, uma exceção. São os primeiros a destruir seus “agricultores” e a implantar, muito mais cedo do que em qualquer outro lugar, uma agricultura altamente mecanizada, com utilização intensa de produtos químicos e com um forte dispêndio de energia²⁸. Esse controle parcialmente recuperado, sem dúvida largamente em aparência e de forma *totalmente momentânea*, se dá no quadro das propriedades capitalistas de tamanho médio e nas explorações camponesas cujos proprietários beneficiaram-se de uma formação agrônômica. Bom número dentre eles pode praticar uma agricultura aproximando-se, pelo menos um pouco, do tipo ideal descrito por Berlan,

²⁷ Sobre a noção de metabolismo, bem como da dívida de Marx em relação a Leibig, consultar John Belamy Foster, *Marx's Ecology: Materialism and Nature*, op. cit.

²⁸ David Pimentel, “Food Production and the Energy Crisis”, *Science*, n. 182, 1973.

*inovações resultantes de uma inteligência coletiva, associando o conhecimento científico com o conhecimento camponês para, em seguida, se prestar à partilha e sabendo convencer a natureza a trabalhar amigavelmente para nós.*²⁹

Esse controle recuperado foi tornado passageiro pelo ritmo da industrialização e da urbanização e sobretudo pela necessidade absoluta, do ponto de vista da acumulação do capital, que as mercadorias desempenhando um papel central no custo da reprodução da força de trabalho (os “bens-salário”) fossem as mais baratas possíveis. O aumento, custe o que custar, da produtividade agrícola teve dois efeitos: ela desembocou no que hoje se chama e se critica muito hipocritamente como o “produtivismo à toda” e a “agricultura poluidora”. Faz-se de conta que é possível “esquecer” que eles são o resultado de políticas deliberadas, altamente subvencionadas, que tiveram também por resultado entregar a agricultura à grande indústria agroquímica, onde se desenvolvem hoje as biotecnologias. Passo a passo, o agricultor é submetido, há trinta anos na Europa (e muito antes nos Estados Unidos), a uma nova fase de expropriação. Seu objetivo é a instalação de um imenso dispositivo tecnológico e institucional destinado a pôr fim ao que sempre tinha parecido um processo imutável, isto é, a manutenção do controle dos agricultores sobre suas reservas de sementes. Trata-se de proibir aos agricultores o plantio de parte dos grãos que colhem, tanto pela lei internacional, a da proteção pela Organização Mundial do Comércio (OMC) do patenteamento sobre o vivente, quanto por uma técnica de transgênese – batizada pela Monsanto pelo nome explícito e já célebre de Terminator –, que permite produzir um grão (e, em breve, muitas outras sementes) estéril, que não pode ser novamente plantado. As conseqüências previsíveis em caso de sucesso do capital financeiro são de uma gravidade incomensurável nos países pobres com grande população camponesa. A menos que haja uma resistência social e política de grande força, o capitalismo terá conseguido alcançar o término de seu processo de expropriação dos produtores e de dominação do vivente. Terá passado da expropriação dos camponeses à expropriação do direito geral dos seres humanos de reproduzir, e em breve de *se* reproduzir, sem empregar técnicas patenteadas, sem pagar um pesado tributo ao industrial e, por detrás desse, a seus acionistas e às bolsas de valores³⁰.

3.2. A renda no coração do esgotamento dos recursos naturais

A chave da posição do capital em relação aos recursos naturais foi formulada por Jean-Baptiste Say, quando disse que as riquezas naturais que não podem ser

²⁹ Jean-Pierre Berland, *La guerre au vivant*, op. cit., p. 47.

³⁰ Sobre todas essas questões, é indispensável ler Jean-Pierre Berland, *La guerre au vivant*, op. cit.

“nem multiplicadas, nem esgotadas, não são o objeto da ciência econômica”³¹. Por aí, ele pretende afirmar que o capital só se interessa por um recurso natural em dois casos. O primeiro é quando esse pode ser “multiplicado”, isto é, produzido com lucro no quadro da valorização do capital, seja ao ser submetido a um processo de transformação ou de prestação de serviços, seja ao ser oferecido no mercado sob forma de substituto industrial que, se necessário, será imposto contra o verdadeiro produto natural pelo emprego de estratégias semelhantes às empregadas pelos grupos de agroquímica para os produtos híbridos e os OGM. O segundo caso é o do recurso natural, inicialmente considerado inesgotável, cuja rarefação progressiva ou mesmo as perspectivas de esgotamento torna suscetível de dar margem a rendas para os que controlam seu acesso.

A renovação de uma economia crítica e radical pressupõe que se dê à teoria da renda o maior desenvolvimento possível e se aprofunde a análise do lugar reservado no capitalismo aos rentistas de todas as categorias. Ao mesmo tempo, a questão da propriedade se torna incontornável. A propriedade privada do solo e dos recursos naturais agrícolas e minerais a ela relativos, e portanto a possibilidade que se abre de receber um certo tipo de rendimento – a renda – cuja particularidade é de só estar fundado no fato de gozar da propriedade exclusiva dos recursos em questão, nasceu antes do capitalismo. A relação que deve ser qualificada objetivamente, cientificamente, de *parasitária* (mesmo se alguns podem objetar que esse termo comporta um julgamento de valor) – aquele que o proprietário estabelece com os recursos sobre os quais está “sentado” e com aqueles que os valorizam por seu trabalho – é bem anterior ao capitalismo. Para nos mantermos apenas na história ocidental, ela foi a fundação da economia rural na época feudal. Mas a economia mercantil em sua fase de expansão primeiro mundial e no capitalismo, em seguida, deu à renda um formidável desenvolvimento. É fácil entender porquê. Um sistema e um modo de dominação social, que se baseiam na propriedade privada dos meios de produção e sobre o dinheiro como forma de riqueza universal e de poderio social, são naturalmente inclinados a legitimar a propriedade privada sob todas as formas.

Passado um *muito curto período* de conflito entre os capitalistas e os proprietários fundiários agrícolas (conflito largamente circunscrito à França, com o desmantelamento da propriedade eclesiástica e a abolição dos direitos feudais, e à Inglaterra, com a estigmatização da renda na teoria da acumulação de Ricardo e a discórdia sobre as leis que taxavam a importação de trigo), o lucro fez as pazes

³¹ J.-B. Say, *Cours complet d'économie politique*, 1840. [Ed. bras.: São Paulo, Abril Cultural, Coleção Os economistas, 1983.] Devemos essa citação a J.-M. Hambey em *L'économie économe: le développement soutenable par la réduction du temps de travail*, Paris, 1997, L'Harmattan, p. 93, mas propomos uma interpretação distinta da sua.

com a renda. A terra agrícola foi reconhecida como fonte de renda, bem como os rios e as quedas de água industrialmente exploráveis, as minas de ferro, de carvão e de todos os metais não-ferrosos, e, mais tarde, as jazidas de petróleo, os terrenos adequados à construção e o solo urbano. Um amplo leque de mecanismos assegurou uma osmose entre renda e lucro. No livro III de *O capital*, Marx examina um caso que nos interessa diretamente, já que diz respeito à renda tirada da propriedade de quedas de água necessárias à indústria têxtil – renda sobre a água, um recurso que Say declarava “gratuito porque inesgotável”³².

Os mecanismos de interpenetração da renda e do lucro foram, mais tarde, consolidados pela ampliação do poder daqueles que Marx chamava os capitalistas “passivos”, beneficiários de uma renda baseada na posse de capital-dinheiro. Como se sabe, temos aí um capital cuja valorização repousa sobre um direito de propriedade (hoje em dia, sobretudo materializado em ações) ou sobre um crédito (dos títulos de dívida pública, notadamente) dos quais seus detentores esperam obter uma renda “tão naturalmente quanto a pereira carrega pêras”³³. Marx analisou as singularidades dos tipos de renda decorrentes pura e simplesmente de um direito de propriedade, e o fez precisamente no quadro da análise da renda da terra posterior à instauração do capitalismo. Ele a comparou aos títulos representativos da dívida pública e escreveu que, como esses, “o título de propriedade fundiária nada tem a ver com o capital investido. Seu valor é fundado numa antecipação”³⁴. Em outro texto, esclarecia o preço a pagar por esse direito que se outorga o rentista:

Uma antecipação do futuro – uma verdadeira antecipação, em geral, só ocorre na produção da riqueza quando é relativa ao trabalhador e à terra. O futuro de ambos pode efetivamente ser antecipado e devastado pelo desgaste prematuro e pelo esgotamento, pela ruptura do equilíbrio entre despesas e receitas. Isso se produz para um e para o outro na produção capitalista.³⁵

Com a palavra “esgotamento”, Marx nos põe em presença de uma noção-chave. O proprietário de um título de propriedade de terras, mas também de ações e obrigações, espera que suas rendas decresçam. Seu único reflexo, decorrente da “racionalidade econômica”, é fazer avaliações sobre o montante e a duração dos fluxos rentistas com o fim de negociá-los nos mercados especializados. Isto é tudo. A relação é, de forma inerente, parasitária. As idéias de manutenção, de

³² Essa discussão encontra-se na seção do livro III de *O capital*, consagrada à renda fundiária, no capítulo XXXVIII que tem o eloquente título de “Conversão do sobre-lucro em renda fundiária”.

³³ Karl Marx, *Le capital*, op. cit., livro III, t. 7, cap. XXIV, p. 56.

³⁴ Idem, *ibidem*, op. cit., livro III, cap. XLVII, p. 188.

³⁵ Idem, *Théories sur les plus-values*. Paris, Éditions Sociales, 1976, t. 3, p. 359. [Ed. bras.: *Teorias da mais-valia*. Rio de Janeiro, Bertrand, 3 v.]

restituição, de gestão ao longo do tempo podem se impor ao proprietário ou (caso mais freqüente) lhe serem impostas em certas circunstâncias. Elas não lhe ocorrem espontaneamente. A tendência natural do rentista é simplesmente desfrutar dos fluxos de renda enquanto esses durarem. O proprietário de obrigações do Estado não se importa com o custo que aqueles sobre os quais pesam os impostos devem suportar para que ele receba seus juros, verdadeiro tributo perpétuo. O detentor de ações não se importa com o custo suportado pelos assalariados, enquanto puder embolsar, graças à gestão de empresas baseada na “criação de valor para o acionista”, seus dividendos e mais-valias cujo montante é diretamente proporcional à baixa do custo da força de trabalho.

Longe de considerar que o comportamento dos rentistas diz, unicamente, respeito à esfera financeira, Marx nos diz, em vez disso, que eles estão absolutamente presentes na relação que o capital estabelece com os trabalhadores e com a terra. A luta de classes passou a conter em parte a tendência ao esgotamento dos primeiros e o progresso científico e tecnológico veio, em parte, para transferir certos efeitos para mais tarde no caso da segunda. No entanto, a vitória conseguida pelo capital financeiro no quadro da globalização capitalista contemporânea, oriunda da liberalização e da desregulamentação deu um formidável impulso ao capitalismo predador e à apropriação rentista. As medidas políticas destinadas a desenvolver os mercados financeiros (a “globalização financeira”) tiveram por objetivo ampliar consideravelmente a variedade de ativos financeiros e a diversidade das esferas de valorização do capital rentista ao preço de um esgotamento acelerado “do trabalhador e da terra”.

Tomemos o exemplo da transformação da devastação da natureza em campo de valorização do capital portador de rendimentos para os acionistas. A denúncia dos desastres pelos relatórios dos peritos científicos, as associações ecológicas, os movimentos de resistência das populações diretamente atingidas levaram os governos e as organizações internacionais a cuidar dessa questão. Eles o fizeram com a preocupação de permitir que a acumulação do capital rentista e o modo de consumo fundado na destruição ecológica prosseguissem. Assim, as políticas neoliberais enfatizaram a criação de mercados financeiros especializados, cujo objetivo é a imposição de direitos de propriedade sobre elementos vitais como o ar, mas também a biosfera enquanto tal, que devem deixar de ser “bens livres” e tornar-se “esferas de valorização” fundadas pela instauração de direitos de propriedade de um tipo novo (os “direitos de poluir”) e de “mercados *ad hoc*”. Tal é o conteúdo real da transformação da natureza em “capital natural” pela teoria neoclássica, da qual Jean-Marie Harribey fez uma crítica acirrada³⁶. A na-

³⁶ Harribey, op. cit.

tureza adquire o estatuto de um “fator de produção” e se torna um “capital natural” cuja combinação com os outros fatores, o trabalho e o capital físico, permite o crescimento³⁷. Nesse quadro analítico, a existência desse capital repousa sobre a determinação de uma taxa de atualização que permite calcular o valor presente de um calendário de rendimentos, da mesma forma que a dívida pública torna-se um capital pela atualização dos fluxos de juros. A “capitalização da natureza”³⁸ não exprime sua “transformação em mercadoria”. Ela cria para os proprietários desse capital um *novo campo de acumulação* de riqueza que se alimenta da destruição acelerada dos recursos naturais e, no caso dos “direitos de poluir”, de danos sem dúvida irreversíveis à biosfera.

3.3. Não há “desenvolvimento sustentável” sem pôr em causa as indústrias dominantes e uma parte das tecnologias

Uma das dimensões essenciais da ameaça que a dominação prolongada do capitalismo faz pesar contra o futuro da ou das sociedade(s) humana(s) está ligada ao fato de que a acumulação encarnou-se, de forma cada vez mais imobilizada, *em indústrias, em ramos e em trajetórias tecnológicas determinadas*. A maior parte dessas, senão todas, têm fortes efeitos poluidores. Uma das maiores expressões da fraqueza do pensamento antiliberal crítico (ou pretensamente tal), em particular do que se interessa pelo “desenvolvimento sustentável”, é aceitar essas indústrias e essas tecnologias como “irreversíveis”, como as únicas possíveis. Jean-Marie Harribey conclui seu capítulo sobre essa noção pela constatação seguinte:

na medida em que a grande maioria dos intervenientes sobre esta questão aceita, ou tenta fazer admitir, que na medida em que todos os países do planeta promovem ainda em seu seio um crescimento econômico forte e quase eterno, o conceito de desenvolvimento duradouro não abre novo paradigma, mas permanece fundamentalmente no interior do desenvolvimento (entendido como sinônimo de crescimento produtivista, F.C. e C.S.).³⁹

Diríamos, mais precisamente, que eles procuram (e conseguem, diante da atual ausência de toda oposição teórica ou prática forte à propriedade privada dos meios de produção) fazer admitir que os cenários de desenvolvimento devem ser construídos – e só assim podem sê-lo – tomando como base relações de propriedade e de produção imutáveis (ou, então, mudados no sentido da reintrodução da

³⁷ Os teóricos neoclássicos se dividem entre os partidários da sustentabilidade “fraca”, na qual o capital reprodutível (trabalho e capital físico) e o capital natural são substituíveis na função de produção e os adeptos da sustentabilidade “forte” para quem eles não o são.

³⁸ Segundo a expressão de M. O’Connor.

³⁹ Harribey, op. cit., p. 157-8.

propriedade privada como é, agora, o caso da China) e, portanto, também de *tecnologias e indústrias* largamente, senão totalmente, *idênticas* às que caracterizam hoje os países capitalistas avançados.

No nível conceitual, a extensão internacional do capitalismo se define como a extensão da relação de produção capitalista, da relação entre capital e trabalho assalariado. Mas, não se pode negligenciar *a encarnação material dessa extensão*, a saber, *a exportação e a implantação de indústrias específicas*, notadamente as que se tornaram centrais para a acumulação, como a automobilística ou a química pesada. São, justamente, as mais poluidoras e as mais perigosas para a destruição da biosfera. Para além de divergências teóricas e políticas radicais sobre outros pontos, quase todas as correntes que se reclamam do marxismo têm privilegiado a dimensão da formação nos países coloniais e semicoloniais de uma classe operária suscetível de dirigir o combate antiimperialista desembocando num combate pelo socialismo. Mas, no plano da teoria do desenvolvimento e da escolha das indústrias e das tecnologias, os melhores teóricos, como Charles Bettelheim, compartilharam o paradigma dominante. Nossa geração e a dos que nos seguem não podem mais fazê-lo.

Face à impossibilidade de continuar a passar as *formas materiais concretas* do desenvolvimento para segundo plano (ou até a calar totalmente sobre elas), é preciso retornar a Marx. Se aceitarmos proceder a uma releitura de *O capital* à luz dos problemas contemporâneos, encontraremos os fios condutores que ele oferece para efetuar a análise crítica do rumo tomado pela evolução da tecnologia e da ciência. Entender-se-á até que ponto essas foram moldadas pelos objetivos da dominação social e do lucro; da mesma forma, perceber-se-á que é devido a mecanismos específicos de seleção que devemos as indústrias específicas que formaram a estrutura da acumulação, uma vez passada a primeira fase de emergência do modo de produção.

É na quarta seção do livro I de *O capital*, nas páginas que preparam a transição do capítulo sobre a manufatura ao do maquinismo e da grande indústria e depois nos primeiros subtítulos desse capítulo, que encontramos dois fios condutores de importância maior. O primeiro tema é o da reversão da relação entre o operário e a ferramenta: “Na manufatura e no ofício artesanal, o operário se serve de sua ferramenta; na fábrica, ele serve à máquina (...) os operários são incorporados a um mecanismo morto que existe independentemente deles”⁴⁰. O segundo fio condutor é a idéia da integração ou da absorção da ciência pelo capital como instrumento de dominação, a cada vez ou a partir do momento em que suas aplicações práticas tornam-se conhecidas: “as potências intelectuais são transforma-

⁴⁰ K. Marx, *Le capital*, op. cit., liv. I, cap. XV, par. IV.

das em poder do capital sobre o trabalho”⁴¹; elas são apropriadas pelo capital a ponto de parecer ser um de seus atributos. Aí está a chave da distinção feita por Marcuse entre, de um lado, a técnica (enquanto aparelho técnico, industrial, de transporte e de comunicações) e, de outro, a tecnologia (da qual a técnica é só uma parte), que constitui um modo de produção e de dominação⁴². Sob um ângulo diferente, Jacques Ellul falará do “*movimento de autonomização da técnica*” ou ainda da constituição de uma “*tecnoestrutura*” colocada acima da sociedade.

Se a técnica tomou a aparência de uma potência independente frente à sociedade, é porque ela foi *primeiro* utilizada para dominar o trabalhador em seu local de trabalho e durante o processo de produção, porque, anteriormente,

o meio de trabalho foi erguido como um autômato frente ao operário, no decorrer do próprio processo de trabalho, sob forma de capital, de trabalho morto que domina e que suga sua força de trabalho.⁴³

A relação com as questões tratadas pela ecologia é uma *relação direta*:

A economia dos meios coletivos de trabalho, ativada e amadurecida como numa estufa quente pelo sistema de fábrica, torna-se nas mãos do capital um sistema de furtos cometidos sobre as condições vitais do operário durante seu trabalho, sobre o espaço, o ar, a luz (...).⁴⁴

Um modo de produção que criou o hábito de tais vôos, desde seu nascimento, é pouco suscetível de perdê-los⁴⁵, sobretudo quando o ciclo de valorização se faz num contexto de expansão global muito, muito lenta e que os grupos devem satisfazer os apetites insaciáveis dos acionistas.

Essas são algumas das pistas de pesquisa, que esperamos possam incitar a uma retomada das pesquisas sobre os mecanismos de orientação da ciência e da tecnologia próprias ao capitalismo. Eles são bem anteriores ao momento em que os orçamentos militares de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) primeiro, e depois dos colossais orçamentos de P&D dos grupos de química, de farmácia e de eletrônica passaram a orientar seu rumo de caso pensado. O desenvolvimento da ciência e da tecnologia nunca foi neutro. Por detrás da “*autonomia da pes-*

⁴¹ Ibidem.

⁴² H. Marcuse, *Technology, War and Fascism*, Routledge, 1998. [Ed. bras.: *Tecnologia, guerra e fascismo*. São Paulo, Unesp, 1999.]

⁴³ K. Marx, *Le capital*, op. cit., livro I, cap. XV, par. IV.

⁴⁴ Ibidem, fim do parágrafo IV.

⁴⁵ Ver, por exemplo, “Dans l’enfer de l’amiante, un crime social parfait”, *Le Monde Diplomatique*, abril de 2002.

quisa” (que o capital financeiro não tolera nem mais como um mito), sempre houve possantes mecanismos objetivos (o financiamento, os modos de recompensa do sucesso) e subjetivos (a interiorização dos valores da sociedade burguesa) que a orientaram segundo os impulsos da acumulação e da hierarquia dos objetivos do capitalismo.

Por enquanto, ao tratar brevemente do “maquinismo”, abordamos apenas a primeira das duas formas designadas em *A ideologia alemã* como destinadas a se transformar em forças destrutivas. Assim, seria preciso agora examinar tudo que deve ser reunido sob a palavra “dinheiro”. Em nossa opinião, é necessário reunir ali tudo que, na sociedade burguesa, busca despertar e alimentar constantemente o *individualismo* e o sentimento da *propriedade privada individual*, embora isso seja contraditório com as tendências de uma sociedade que socializou e internacionalizou os meios de produção, de comunicação e de troca a um grau inaudito (basta pensar na Internet). Isso implicaria, notadamente, examinar o lugar do carro individual e o papel do automóvel ao mesmo tempo como um dos principais campos da acumulação e um dos eixos do processo de centralização e de oligopolização do capital, mas também de dominação social. Com efeito, parece-nos difícil considerar o fetichismo do automóvel de outra forma que como um dos complementos, uma das mais generalizadas particularizações do fetichismo do dinheiro e da propriedade individual, um símbolo da dominação ideológica e política perene à qual a burguesia aspira.

Hoje, “o horizonte intransponível do capitalismo” tem como *corolário* “o horizonte intransponível da civilização do automóvel”. Segundo certos cálculos, ao se generalizar ao conjunto da população mundial o consumo médio de energia dos Estados Unidos, as reservas conhecidas de petróleo se esgotariam em *dezenove dias*⁴⁶. O conjunto da população mundial não é o objetivo que os grupos industriais e financeiros dos países da Tríade miram imediatamente. Em compensação, substituir os transportes públicos e a bicicleta pelo automóvel para uma fração mesmo pequena (10%) do bilhão e cem milhões de habitantes da China é, com o consentimento da burocracia chinesa e dos capitalistas locais, o objetivo dos grandes grupos do automóvel e do petróleo. Atingir esse objetivo lhes asseguraria, quem sabe, uma década de «crescimento» e, portanto, um fluxo correspondente de dividendos e de mais-valias. O que poderia, por sua vez, ajudar fortemente as bolsas de Wall Street, de Tóquio e da Europa, onde esses grupos são os pilares da liquidez, a se beneficiarem de mais alguns anos de uma maior estabilidade altista relativa.

⁴⁶ M. Mies, “Liberación del consumo o polinización de la vida cotidiana”, *Mientras Tanto*, n. 48, Barcelona, 1992, p. 73, citado por Michael Löwy (ver referência anterior).

Somos, pois, confrontados à existência e às ações ofensivas e defensivas de um extremamente poderoso “bloco de interesses” de grupos industriais com forte intensidade poluidora. Sua constituição é o resultado de mecanismos de centralização e de concentração do capital que resultaram na formação de alguns dos mais poderosos oligopólios mundiais, erguidos ao redor de indústrias como as do automóvel e do petróleo, sendo que essa última tem interesse estratégico e militar para os países imperialistas e europeus. A existência desses oligopólios depende mesmo da perenidade dos modos de vida quotidianos (o automóvel e as escolhas urbanas dele decorrentes etc.), tendo os mais fortes efeitos destruidores das condições gerais da reprodução da vida. É esse “american way of life” cuja defesa e reprodução importam a George W. Bush, sejam quais forem as conseqüências para as sociedades que serão expostas em primeiro lugar e mais gravemente às conseqüências da mudança climática.

4. A crise ecológica, crise da civilização humana mas não crise do capital

É nos fundamentos das relações de propriedade e de dominação capitalistas que se situam as origens de sua relação com os recursos naturais e a biosfera. O capital não põe em perigo suas próprias condições de reprodução e de funcionamento ao destruir ou danificar gravemente o ambiente natural. Segundo nossa compreensão, por essas destruições cada vez mais graves e, em alguns casos, irreversíveis, o capital põe em perigo as condições de vida e a própria existência de certas comunidades, e até mesmo de certos países. Mas ele não coloca diretamente em perigo as condições de sua dominação. Nós não aderimos à tese da “segunda contradição” por um conjunto de razões, no cerne das quais encontra-se nossa interpretação do lugar preciso em que se situam as únicas contradições que afetam verdadeiramente o capital. No que concerne às condições “externas”, “ambientais” de seu funcionamento, o capital, bem como os Estados que embasam sua dominação e as classes sociais que a ele estão ligadas, têm os meios tanto para suportar as conseqüências dessa destruição de classes, comunidades e Estados mais fracos, quanto para transformar a “gestão de recursos que se tornaram raros” e a “reparação das degradações” em campos de acumulação (em “mercados”) subordinados ou subsidiários.

4.1. O local em que se situam as contradições do capital enquanto tal

É em sua sede de apropriação da mais-valia, nos mecanismos que emprega para tentar estancá-la e nos impasses aos quais tanto essa necessidade quanto os meios empregados para atingi-la o conduzem que jazem as contradições que fa-

zem com que “a verdadeira barreira para a produção capitalista é o próprio capital”⁴⁷. A liberalização, a desregulamentação e a privatização, a partir de 1978-79, bem como as formas precisas da “mundialização do capital” que elas engendraram, devem ser consideradas como a mais recente maneira contemporânea de expressar novamente a posição de Marx, segundo a qual

a produção capitalista tende sem cessar a ultrapassar esses limites que lhe são imanescentes, mas ela só consegue fazê-lo empregando meios que, novamente e numa escala mais imponente, erguem diante dela as mesmas barreiras.⁴⁸

A cadeia de contradições que desenha o percurso da fuga para a frente do capital pode ser apresentada assim. Ao redor de 1970, o capital se encontrava confrontado a uma crise cujo fundo era (e assim permanece) uma *insuficiência de mais-valia*, menos em razão de uma *taxa* demasiadamente baixa do que de uma insuficiência da *massa* produzida devido a um ritmo muito fraco de acumulação, com as únicas exceções do Sudeste da Ásia e da China. A mundialização do capital em conjunto com as tecnologias de informação e de comunicação abriram o caminho para uma elevação muito forte da taxa de exploração da força de trabalho. A elevação da produtividade e da intensidade do trabalho, meios “clássicos” de atingir esse objetivo, conjuga-se doravante com a queda do custo de reprodução da força de trabalho, o que indica que o valor da força de trabalho tem, em larga parte, uma dimensão “histórica e moral”. Pôr em situação de competição um *exército de reserva* de centenas de milhões de indivíduos facilita enormemente a implantação de medidas que vão nesse sentido. O que se passa dá uma singular acuidade às observações de Engels acrescentadas na terceira edição de *O capital*:

Em nossos dias (...), graças à concorrência cosmopolita na qual o desenvolvimento da produção capitalista lançou os trabalhadores do globo (...) não se trata somente de reduzir os salários ingleses ao nível dos salários da Europa Continental, mas de fazer cair, num futuro mais ou menos próximo, o nível europeu ao nível chinês.⁴⁹

O proletariado e as classes oprimidas dos países atrasados do “Sul” são incapazes de oferecer uma real resistência nesse plano, tendo em vista o caráter seletivo e limitado das necessidades do capital. A população pode ser deixada às “leis naturais”, onde a própria reprodução é posta em questão. Por enquanto, as coisas são um pouco diferentes nos países avançados, em que os ataques contra

⁴⁷ K. Marx, *Le capital*, op. cit., livro III, t. 6, cap. XV, p. 263.

⁴⁸ Ibidem, p. 262.

⁴⁹ Ibidem, livro I, t. 3, p. 41.

os assalariados passam pela redução das despesas públicas destinadas à sua reprodução e pelo investimento pelo capital nos segmentos de atividades de saúde e de formação suscetíveis de valorizar-se. O objetivo do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços na OMC é fazer com que esse processo dê tal salto qualitativo.

No entanto, o capital já vislumbra as mesmas “barreiras” se erguerem novamente contra ele. Ele continua a não produzir suficiente mais-valia. O capital só pode tirar um partido limitado da elevação da taxa de exploração, porque ele só pode empregar em escala mundial uma pequena fração da força de trabalho que se apresenta no mercado de trabalho. De modo que a *massa* de mais-valia criada não se elevou (sem dúvida, ela o faz cada vez menos) nas mesmas proporções que a *taxa* de mais-valia, já que o ritmo de acumulação é fraco demais. Essa situação nova pode ser explicada da seguinte forma. A liberalização, a desregulamentação e a mundialização do capital serviram de trampolim para sua “financeirização”⁵⁰. Assistiu-se a uma elevação, sem precedentes na história do capitalismo, do número de detentores de títulos de propriedade e de crédito, isto é, de detentores de direitos a participar da partilha da mais-valia e a exigir seu aumento. Essa elevação se mede pelo número de focos de acumulação financeira, sua riqueza em termos nominais de capitalização e sua força em termos de alavanca do poder econômico e político⁵¹. A burguesia financeira e as camadas sociais que ela associa a esse modo de remuneração dispõem de poderosos meios de apropriação da mais-valia. Em virtude do peso social e político dessas classes, nas duas últimas décadas, esses efeitos de punção se expandiram muito. Ora, do ponto de vista da reprodução do conjunto do capital, o consumo das classes dominantes deve ser deduzido da mais-valia destinada a ser acumulada. Assim, não se poderia atribuir a esse consumo o poder de elevar o nível da taxa de acumulação (a menos que se adote uma interpretação “subconsumista” das crises, segundo a qual o consumo insuficiente dos assalariados poderia ser compensado pelo das outras classes) que permitiria ao capitalismo conhecer uma fase de expansão duradoura.

Assim, a nova configuração da partilha da mais-valia entre rendimentos financeiros e lucro reinvestido na produção (a acumulação no sentido da reprodução ampliada) produz um *afastamento importante*, que se aparenta a um “efeito de tesouras”, entre a taxa de acumulação que permitiria tirar todo o partido possí-

⁵⁰ Ver, por exemplo, nossas contribuições respectivas em G. Duménil e D. Levy, *Le triangle infernal: crise, mondialisation, financiarisation*, Actuel Marx Confrontation, Paris, PUF, 1999; bem como em *Appel des économistes pour sortir de la pensée unique: les pièges de la finance mondiale*, obra coordenada por F. Chesnais e D. Plihon, Paris, Éditions La Découverte e Syros, 2000.

⁵¹ Ver André Orléan, *Le pouvoir de la finance*, Paris, Odile Jacob, 1999, e Frédéric London, *Fonds de pension, piège à cons? Mirage de la démocratie actionnariale*, Paris, Raisons d’Agir, 2000.

vel da elevação da taxa de exploração, de um lado, e a parte da mais-valia que deve ser distribuída para satisfazer as exigências dos detentores de títulos de propriedade e de crédito, por outro lado. Lembremo-nos aqui que Marx via na burguesia uma classe que tinha sido “progressista” em relação às outras classes dominantes, ao mesmo tempo em que mostrava como essa classe estava, rapidamente, em vias de integrar e assimilar o comportamento social das outras classes proprietárias que seus economistas estigmatizavam como classes parasitárias. Para Marx, esse comportamento era indissociável da via catastrófica para os assalariados à qual levavam sua dominação e as leis do capital:

Depois de mim, o dilúvio! Tal é a divisa de todo capitalista e de toda nação capitalista. O capital só se preocupa, pois, com a saúde e a duração de vida do trabalhador se a isso for constringido pela sociedade.⁵²

É o que se passou durante um período, com a regulamentação da exploração. Uma legislação do trabalho, hoje em vias de ser desmantelada, foi introduzida, sob o efeito de imensas lutas sociais, mas também de relações políticas entre as classes tornadas momentaneamente favoráveis aos trabalhadores pelas dissensões das burguesias entre si⁵³.

Hoje, é preciso apreciar plenamente a interação entre a atitude da burguesia financeira e a trajetória do capitalismo nesses últimos vinte anos. A transformação da destruição da natureza em “campo de acumulação” para os proprietários do capital, a busca do controle dos processos do vivente pelo capital, são produtos deliberados de decisões políticas. Ao mesmo tempo, elas também são – numa configuração das forças sociais particulares que é a da dominação do capital financeiro – o *remédio* encontrado às contradições do modo de produção fundado sobre a dominação do capital. Essa situação indica que é mais do que nunca necessário distinguir entre, de um lado, a extensão da dominação do capital e das relações de produção sobre as quais se baseia – ou seja, no sentido estrito, a extensão do espaço da reprodução das relações sociais – e, de outro lado, um aumento verdadeiro da acumulação do capital, isto é, uma reprodução ampliada do valor criado. A “mundialização do capital” combina essas duas características. Ela manifesta a supremacia de um modo de dominação social no qual as formas de *apropriação* do valor pela renda ou a pura predação graças a uma

⁵² K. Marx, *Le capital*, op. cit., livro I, t. 1, cap. X, p. 264 (destaques nossos). Hoje, pode se acrescentar “Depois de mim o dilúvio, tal é também a divisa dos capitalistas” para a água, a biosfera, os recursos que não se renovam ou só o fazem muito lentamente etc.

⁵³ Ver François Chesnais, *La théorie du régime d'accumulation financière: contenu, portée et interrogations*, Forum de la Régulation, outubro de 2001 (disponível em CD-Rom no CEPREMAP e na Universidade Pierre Mendés-France em Grenoble).

extensão dos direitos de propriedade (territorial, mas também sobre a natureza, o ar etc.) levam a melhor sobre as formas de sua criação maciça. Em certas regiões do mundo, ela se traduz até por uma contração da produção.

As crises econômicas, as guerras, a elevação a um grau inédito do militarismo (que Rosa Luxemburgo mostrava, já no início do século XX, ser “um campo de acumulação para o capital”) nos países vencedores da Segunda Guerra Mundial indicam o modo pelo qual o capitalismo do século XX (o imperialismo) ultrapassou provisoriamente suas contradições, suas “próprias barreiras”. Elas ergueram-se novamente no final dos anos 1960. São elas que o capitalismo vai buscar transpor, ao mesmo tempo, pela acentuação de suas agressões contra os trabalhadores e pela exploração cada vez mais insana de suas condições exteriores ambientais.

4.2. *A tese da segunda contradição e suas fontes teóricas*

O ponto de vista de que as questões ecológicas não podem ser analisadas fora das relações de propriedade, de produção e de poder dominantes é compartilhado, ao menos em parte, por aqueles que se auto-intitulam “ecomarxistas”. Aqui, a contribuição mais significativa é a de J. O’Connor e tem por quadro a teoria das crises. Ele não considera que a análise marxista das crises seja obsoleta, mas que se pode tentar enriquecê-la. A “primeira contradição” do capitalismo se situa, segundo ele, no nível da superprodução de mercadorias e da superacumulação de capital, sendo esta que teria chamado a atenção de Marx. Hoje, o capitalismo estaria confrontado a uma “segunda contradição”, que se situaria no nível das “condições gerais de produção”, das quais O’Connor faz, segundo sua própria expressão, uma “reconstrução” a partir das idéias de Marx. A definição que apresenta é de que essas condições de produção, indispensáveis à acumulação, “não são produzidas como mercadorias segundo a lei do valor ou as leis do mercado, mas são tratadas pelo capital como se fossem mercadorias”⁵⁴. Elas incluem os meios de comunicação e as infra-estruturas, as condições pessoais de produção do trabalhador, as condições físicas externas (meio ambiente). As condições de produção são o lugar da “segunda contradição”: “os custos do trabalho, da natureza, da infra-estrutura e do espaço aumentam de modo significativo, pondo em evidência uma segunda contradição, uma crise econômica vinda do lado da oferta”⁵⁵. Esses custos aumentam por duas razões. Primeiro, quando o capital,

⁵⁴ J. O’Connor, “Capitalism, Nature, Socialism: a theoretical introduction”, *Capitalism, Nature, Socialism*, n. 1, outono 1988, p. 307.

⁵⁵ J. O’Connor, “Is Capitalism Sustainable?”, em O’Connor (ed.), *Is capitalism sustainable? Political Economy and the Political Ecology*, The Guilford Press, 1994, p. 162.

a fim de manter seus lucros, recusa as despesas necessárias à manutenção das infra-estruturas necessárias à produção. Sua inevitável degradação acaba por elevar os custos de reparos. Em segundo, quando o movimento social exige a manutenção de suas condições de vida, a proteção do meio ambiente etc. A primeira contradição analisada por Marx é fundada numa crise de demanda, a segunda sobre uma crise do lado da oferta.

As posições de J. O'Connor exprimem uma apreciável vontade de integração das questões ambientais na análise marxista. Entretanto, elas são criticáveis. Concentrar-nos-emos no ponto que ele chama de "*condições de produção*". Sua definição é bastante próxima da que Polanyi, ao qual ele se refere explicitamente, dá das "*mercadorias fictícias*" (o trabalho, a terra, a moeda). Ora, Polanyi constrói sua categoria de "*mercadorias fictícias*" porque reduz o capitalismo à única dimensão de mercado auto-regulador, o que é implicitamente uma negação da teoria do valor-trabalho. Assim, é levado a ver no Estado um instrumento de proteção e de regulação da sociedade⁵⁶, deixando sob silêncio seu papel central na manutenção da dominação de relações de propriedade mercantis capitalistas e na implementação da política de destruição da força de trabalho.

Pensamos, ao contrário, numa perspectiva marxista "ortodoxa" (aqui, reivindicamos esse termo), que, no quadro do capitalismo, a força de trabalho é a *mercadoria* por excelência, já que é a única que produz mais valor do que custa. O objetivo dos capitalistas sempre foi o de reduzir seu preço, possibilidade que foi decuplicada pela mundialização do capital e as políticas neoliberais. A degradação das condições de saúde dos assalariados justamente sublinhada por O'Connor não reflete uma contradição. Ela reflete a liberdade recuperada do capital em explorar um exército industrial de reserva mundial que leva o capital a buscar eliminar aquilo que, agora, considera como um constrangimento insuportável⁵⁷. É verdade que, em certas circunstâncias já mencionadas por Marx (as "epidemias que decorrem da superexploração"), "uma reação da sociedade contra ela mesma" toma a forma de direitos sociais que limitam o direito à exploração da mão-de-obra e elevam seu custo. Mas essa reação é essencialmente a dos próprios operários. Repitamos, aqui, que as forças compulsivas do capital não vão nesse sentido. O modo com que o capital, secundado pelas políticas neoliberais,

⁵⁶ K. Polanyi, *La grande transformation; aux origines politiques et économiques de notre temps*, Paris, Gallimard, 1983, p. 180. [Edição bras.: *A grande transformação*. Rio de Janeiro, Campus, 2000.]

⁵⁷ No tratado do NAFTA (Acordo de Livre Comércio Norte-americano), as legislações sobre a saúde e o meio ambiente são obstáculos ao comércio e à liberdade de investimento. Decisões judiciais impuseram essa posição no Canadá e no México.

pode se desfazer, em menos de duas décadas, dos direitos e conquistas obtidos por décadas de combate dos assalariados, mostra como a diminuição do valor da força de trabalho permanece o objetivo central.

Quanto aos meios de comunicação, às infra-estruturas que Marx designa sob o termo de capital fixo imobilizado, eles apresentam, decerto, particularidades importantes do ponto de vista da acumulação. É um tipo de capital específico que responde a exigências e a constrangimentos distintos dos outros tipos de capitais. Um grau elevado de concentração do capital é necessário e esse deve ser, sistematicamente, avançado por meio de emissões de ações e de crédito (Engels). Nesses setores, o retorno sobre o investimento é mais fraco e mais lento. Se acrescentarmos um uso misto, já que os meios de transporte e de comunicação servem, ao mesmo tempo, de meios de produção mas também de consumo para as famílias, pode ocorrer que o capital não gerencie diretamente a exploração e a confie ao Estado. Mas tudo isso nada tem a ver com uma mercadoria “fictícia”.

No total, a situação criada para a força de trabalho bem como para as condições exteriores de produção (a “natureza”) não traduz um estatuto de *mercadorias fictícias*, mas, pelo contrário, de mercadorias cujo custo deve ser reduzido sem levar em consideração sua reprodução. Tal situação nos confronta com o movimento antagônico de um modo de produção em que o desenvolvimento das forças produtivas tem por corolário um processo paralelo de destruição. No capitalismo, um dos fundamentos da acumulação de capital consiste em reduzir as “despesas supérfluas”, a “externalizá-las”, isto é, a fazer com que outros se encarreguem daquilo que ele só reconhece como “custos”. A anarquia do modo de produção capitalista não se manifesta somente nas crises, que são os momentos de paroxismo desse processo. Ela se manifesta permanentemente no desperdício das forças produtivas, do qual o capital tenta descarregar a responsabilidade e o custo sobre a sociedade. A exploração do homem e da natureza até o esgotamento não reflete uma contradição do capitalismo, mas *o antagonismo profundo entre ele e as necessidades da humanidade*. A “crise ecológica” é a manifestação da destruição das forças produtivas, entre as quais os recursos naturais, para as necessidades da acumulação e num contexto hoje agravado pela dominação do capital financeiro.

5. O imperialismo do início do século XXI

A atitude dos países capitalistas desenvolvidos em relação aos países que eram, anteriormente, colônias ou neocolônias indica claramente que este é o cerne de um antagonismo maior, indissociável da dominação social do capital, já analisado pelos teóricos do imperialismo. Entretanto, veremos que, com a mundialização do capital, as ameaças contra as condições físicas de reprodução da vida atingem, em numerosos países e até em regiões inteiras, uma dimensão muito mais trágica que no início do século XX.

5.1. *Um fardo menos pesado graças às “leis naturais”*

Não se pode entender o impasse no qual os países do Sul se encontram, hoje em dia, sem inscrevê-los na longa história da dominação capitalista. No quadro da divisão internacional do trabalho, esses países, colonizados ou não, serviram de fornecedores de recursos naturais para os grupos industriais das “metrópoles”. A conquista de novos mercados e o emprego de uma mão-de-obra superexplorada, utilizada no local ou importada, foram igualmente os motores da expansão capitalista do século XIX e do início do século XX. O movimento de independência política que se seguiu à Segunda Guerra Mundial e às lutas anticolonialistas não alterou fundamentalmente as relações de dominação impostas à maioria dos países que, antes, eram colônias.

No entanto, os anos 1980 marcaram uma mudança qualitativa na situação da maioria dos países do Sul. O desdobramento espacial dos grupos multinacionais, o controle que eles exercem sobre os fluxos de capitais e de mercadorias, a base oligopolista sobre as quais repousa sua estratégia e o apoio de que beneficiaram por parte de “seus” Estados no seio das organizações internacionais aniquilaram as esperanças “desenvolvimentistas” dos anos 1950 e 1960. Os mecanismos econômicos institucionalizados implantados pelo capitalismo financeiro se identificam, cada vez mais, a puros e simples processos predatórios que destroem as condições de reprodução das populações operárias, camponesas e todas as que não têm nem mais esse estatuto. Para todos os países, a dívida constitui um tributo perpétuo que só podem continuar a servir pagando o preço da destruição das populações e da pilhagem dos recursos naturais. A transferência das atividades industriais dos grupos multinacionais só diz respeito a uma minoria de países, aqueles que combinam baixos custos salariais e uma mão-de-obra freqüentemente qualificada e, se possível, uma demanda interna de dimensão importante. Em outros países, a exploração dos recursos naturais permanece como o maior objetivo do capital acompanhado, hoje em dia, da apropriação dos processos do vivente pelos grupos financeiros da química e da farmácia.

Hoje, o destino designado para numerosos países dominados, começando pelos da África, é por vezes comparado a sua situação no decorrer da fase de dominação do imperialismo no começo do século XX, quando os países da metrópole buscavam proteger suas colônias e implantavam seu modo de dominação política (embora sob formas diferentes no império francês e na Commonwealth). Entretanto, a situação atual é bem diferente. As políticas do FMI e do Banco Mundial e, depois, as medidas tomadas no quadro da OMC não se limitaram a confortar as exigências do capital financeiro. Elas contribuíram para a decomposição política e a explosão social de numerosos países coloniais ou semicoloniais, tornados independentes. As despesas públicas indispensáveis às populações (saúde, educação) ou à simples continuidade da atividade econômica (infra-estruturas)

foram maciçamente reduzidas. Essas políticas contribuem para a multiplicação da penúria, da fome e das doenças que exterminam as populações. Na África, o continente mais atingido, as guerras são, ao mesmo tempo, um produto e um componente da mundialização do capital⁵⁸. Por pouco que o consideremos como um conjunto funcionando em escala mundial, o modo de reprodução do capital só tem exigências muito seletivas em relação à parte importante das populações dos países do Sul. A “lei de Malthus”, que preconizava manter a população no limiar da penúria para evitar um crescimento demográfico excessivo, está hoje em obra pela fome, pela doença e pelas guerras⁵⁹.

5.2. Biopirataria e poluição para os países dominados

É somente no quadro da mundialização do capital que se pode analisar a amplitude dos desastres ecológicos sofridos pelos países do Sul. Também é por esses países que se pode compreender, primeiramente, que a destruição de qualquer forma de resistência política das populações é a condição para que a pilhagem dos recursos naturais se amplifique. Esta é uma das funções desempenhadas pelos programas das organizações econômicas internacionais. Porque, por detrás da hipocrisia da compaixão pelas populações do Sul, as relações com essas organizações apertam o cerco: a solução reside no prosseguimento das políticas neoliberais em proveito dos grupos financeiros multinacionais e a privatização dos serviços públicos e das infra-estruturas de base são elevadas à condição de objetivo prioritário. Essa conjunção entre repor em questão as condições de existência das populações e a destruição da natureza, flagrante nos países dominados, torna-se correlação e até causalidade na interpretação neoliberal: as populações são pobres demais para se interessar pelo meio ambiente. “*Pobres demais para serem verdes*”, segundo a expressão de J. Martinez-Allier⁶⁰.

Do ponto de vista ambiental, um dos papéis designados aos países do Terceiro Mundo é de receptáculo de refugos. Os promotores das políticas neoliberais não somente reconheceram tal papel, como procuraram teorizá-lo. Num relatório que, à época, foi objeto de “vazamentos”, L. Summers, economista do Banco Mundial, escrevia:

a medida do custo necessário para enfrentar as conseqüências da poluição sobre a saúde depende da amplitude da redução dos custos induzidos por uma mortalidade

⁵⁸ C. Serfati, *Le mondialisme armé*, Textuel, La Discorde, 2001.

⁵⁹ C. Meillassoux, *L'économie de la vie: démographie du travail*, Les Cahiers Libres, Édition Page, 1997.

⁶⁰ J. Martinez-Allier, *Getting Down to Earth: Practical Applications of Ecological Economics*, Island Press, 1996.

*e uma morbidade aumentadas. Desse ponto de vista, a poluição danosa para a saúde deveria estar nos países em que esses custos são os menos elevados, que são os países com os custos salariais mais baixos.*⁶¹

Interpretação livre da teoria das vantagens comparativas ricardianas, essa análise serve de fato como suporte das políticas aplicadas em escala internacional. Os acordos de Kyoto (1997) sobre a redução do efeito estufa, cujo objetivo era muito modesto (redução de 6 a 8% das emissões de CO₂ entre 2008 e 2010 em relação ao nível atingido em 1990), criaram uma opção para os países emissores que lhes permite comprar “direitos de poluir”. Esse quadro analítico e esses acordos servem igualmente para justificar a transferência das atividades poluentes dos grupos multinacionais para os países do Sul.

Neste texto, já sublinhamos que a ofensiva do capital em direção à “expropriação do vivente” marca o término de um processo de dominação e de expropriação plurissecular. Sem repor em causa as relações sociais que fundamentam essa expropriação, a exigência de denúncia dos desastres ecológicos provocados pela voracidade do “complexo genético-industrial”, segundo a expressão de Berlan e Lewontin, corre alto risco de ser desviada e que ilusões sejam semeadas sobre a natureza das negociações e das resoluções internacionais. Assim, a Convenção do Rio (1992), por vezes apresentada como uma etapa importante na proteção da ecologia planetária, é, de fato, um vetor do reforço dos direitos do capital sobre a natureza. Decerto, ela reconhece que os camponeses e as comunidades utilizaram e conservaram os recursos genéticos, desde tempos imemoriais, mas não lhes concede nenhum direito de gestão ou de propriedade sobre esses recursos. De fato, a conferência consagrou os direitos de propriedade intelectual sobre o vivente, legitimando em escala internacional aquilo que os grupos americanos tinham começado a obter em seu país desde o início dos anos 1980. A Convenção de 1992 abria igualmente o caminho à pesquisa sobre novos recursos genéticos que poderiam apresentar um interesse farmacêutico. Essa prospeção foi qualificada de pirataria organizada pelas ONGs. Ademais, sob a pressão dos Estados Unidos, a Convenção excluiu uma parte decisiva desses recursos localizados em bancos nacionais e internacionais de genes, fonte de lucros para os grupos do setor alimentício que vendem as sementes. O tom é dado pela OCDE:

A preservação dos recursos da biodiversidade estaria mais bem assegurada se fosse privatizada, em vez de ser submetida a um regime de livre acesso, no qual os utilizadores praticariam uma exploração de curto prazo segundo o princípio “primeiro a chegar, primeiro a ser servido”.

⁶¹ L. Summers, “Let Them Eat Pollution”, *The Economist*, 8 de fevereiro de 1992.

É nesse quadro de “regulação pela privatização” que é preciso situar as discussões no seio da OMC, da qual uma prefiguração se encontra nas consequências sociais e ambientais desastrosas do exemplo do NAFTA⁶².

5.3. A “questão urbana”

As questões do espaço e de seu lugar no modo de produção capitalista foram pouco abordadas pelos marxistas. Segundo David Harvey, que preconiza um “materialismo histórico-geográfico”, os marxistas teriam sempre privilegiado “o tempo e a história (em detrimento do) espaço e da geografia”⁶³. Com efeito, o espaço, enquanto tal, representa uma esfera de valorização para o capital, embora comporte singularidades (papel central da especulação financeira, imobilização muito longa do capital fixo etc.) que precisariam ser situadas na acumulação e em suas contradições. Como o sublinhava H. Lefebvre, “já pode ser dito do espaço aquilo que Marx dizia e mostrava de cada coisa produzida: enquanto coisa, ela contém e dissimula relações sociais” (destaque do original)⁶⁴. Entretanto, é preciso evitar todo reducionismo econômico. A história do capitalismo mostra que a burguesia não construiu o espaço apenas em função de suas necessidades econômicas (a redução “do espaço pelo tempo”, como dizia Marx), mas com o objetivo político de evitar que a classe operária encontrasse, na concentração espacial, a força necessária ao combate por sua emancipação. A esse respeito, as tecnologias da informação, ao facilitar a desconcentração das unidades de produção, inclusive das indústrias em que os constrangimentos técnicos pareciam levar a imensas concentrações (automóveis, química), enfraqueceram a organização coletiva dos assalariados e sua capacidade de resistência à mundialização capitalista.

Entre as questões “ambientais” críticas, a da urbanização maciça do planeta é, sem dúvida, uma das mais notórias. O processo foi brutalmente acelerado após a Segunda Guerra Mundial. Ele é particularmente marcante nos países antigamente colonizados⁶⁵. A urbanização das últimas décadas é, antes de tudo, o resultado da expropriação do produtor rural, camponês ou artesão, e foi acelerada pela substituição das culturas de subsistência por produções destinadas à exportação que criaram situações de penúria alimentar dramática. A “revolução verde” foi

⁶² Ver a análise de Martinez-Allier, op. cit.

⁶³ D. Harvey, *Justice, Nature and the Geography of Difference*, Blackwell, 1996.

⁶⁴ H. Lefebvre, *Espace et politique*. 2. ed. Paris, Anthropos, 1976, p. 110.

⁶⁵ Em 1800, 98% da população era rural. Nos países desenvolvidos essa proporção ainda era de 70% e de 82% para os países do Terceiro Mundo em 1950. Hoje, ela é de 55% na escala do planeta (e 25% nos países desenvolvidos). Entre 1950 e 1990, a população urbana na África, Ásia e América Latina vivendo em cidades aumentou 300%.

um formidável vetor das exportações de fertilizantes e de inseticidas produzidos pelos grupos agroquímicos, contribuindo para acentuar as desigualdades entre camponeses nos países em que uma reforma agrária tinha sido executada para conter os movimentos revolucionários do campesinato⁶⁶.

O maciço movimento de êxodo rural lembra aquele ocorrido nos países capitalistas avançados no século XIX. Entretanto, seria um erro ver na situação atual de São Paulo, México, Cairo, Lagos ou Bombaim uma repetição em maior escala do processo já visto na história do capitalismo. Não basta observar que as tragédias sanitárias e ambientais que essas populações conhecem têm uma ordem de magnitude muito superior às descritas por Engels, nos primórdios do capitalismo da grande indústria. É preciso dizer que o que se passa nas cidades do Terceiro Mundo não é o sintoma de uma doença infantil que se reabsorverá com o desenvolvimento do capitalismo, mas um produto direto da mundialização do capital. Em suma, se a expressão *desenvolvimento desigual e combinado* tem um sentido, hoje em dia, é o de sublinhar que a dominação do capital financeiro não somente engendra essa situação, mas que sua perenidade proíbe qualquer perspectiva para as populações das imensas megalópoles dos países dominados outra que o questionamento de suas condições de reprodução⁶⁷. As exigências das políticas das organizações internacionais impedem a implementação das medidas de urgência visando evitar a multiplicação da penúria e das epidemias. A Administração americana, única potência “global”, está perfeitamente consciente do que está em questão. As concentrações de população são consideradas como uma ameaça direta à segurança nacional pelos peritos americanos da defesa, porque privadas de qualquer esperança de encontrar um trabalho, reduzidas a uma situação de extrema aflição, elas arriscam verter em movimentos insurrecionais⁶⁸.

6. Em forma de conclusão

Neste texto, apresentamos alguns dos processos econômicos e políticos que conduzem à pilhagem dos recursos naturais, bem como à orientação dos resultados da ciência para puros fins de dominação social. Presentes no capitalismo

⁶⁶ Sobre a relação entre a “revolução verde”, a expropriação dos camponeses e as doutrinas malthusianas, ver Eric B. Brosse, *The Malthus Facto: Poverty, Politics and Population in Capitalist Development*. Londres, Zed Books, 1998.

⁶⁷ Por essa razão, é surpreendente que D. Harvey, após ter falado de um “processo global de urbanização capitalista ou de desenvolvimento espaço-temporal desigual”, escreva que “a explicação do movimento (de urbanização nos países dominados) não pode em si mesmo ser atribuído a maquinações provenientes de alguma classe capitalista organizada”, op. cit., p. 414-6.

⁶⁸ Ver C. Serfati, *La mondialisation armée*, cap. 3.

desde suas origens, esses processos foram agravados, sobretudo de forma qualitativa, pelas novas formas de dominação do capital financeiro. Esses mecanismos com tempos de gestação longos estão no coração da crise ecológica à qual a humanidade está doravante confrontada e cujos efeitos estão longe de dizer apenas respeito à biosfera. Antes, com a ameaça termonuclear e, agora, a da destruição da biosfera, as questões ecológicas – questões de reprodução social – tornaram-se mundiais, mas atingem as distintas partes do mundo de forma muito desigual⁶⁹. A crise ecológica constitui, de forma imediata, uma ameaça poderosa às condições de existência e de reprodução social de classes e povos determinados. Um dos resultados que emerge diretamente da análise é que as agressões do capitalismo contra a “natureza” estão indissociavelmente ligadas à exploração do trabalho, figurando como agressões contra povos. A partir de trajetórias intelectuais distintas das nossas, outros pesquisadores engajados começam a chegar a conclusões próximas⁷⁰. Este texto permite uma primeira confrontação das abordagens.

Nesta conclusão, seria necessário abrir, ainda mais que o fizemos, a questão da propriedade e dos direitos de propriedade. Um dos objetivos e um dos resultados mais importantes do processo de liberalização e de privatização das duas últimas décadas foi estender, de forma considerável, a esfera da apropriação e da propriedade privada. O desmantelamento dos Estados burocráticos andou de par com o movimento pela privatização dos serviços públicos de infra-estrutura e com o objetivo de transformar, por toda parte, o ensino e a saúde em mercados acessíveis somente aos que possuem os meios monetários de satisfazer essas necessidades vitais. O mais recente terreno da ofensiva – que também é, à falta de precedentes para se defender dela, um dos mais gravemente expostos – é o da apropriação privada tanto dos conhecimentos científicos quanto dessa forma particular de patrimônio comum da humanidade que são os mecanismos de produção e de reprodução biológica e da biosfera.

Aqui, o objetivo da apropriação está ligado ao lugar assumido pela ciência e pela tecnologia (o conhecimento enquanto “força produtiva direta”) na concorrência capitalista, mas também à busca obsessiva pelo capital financeiro de campos de valorização que sejam fontes de fluxos regulares de caráter rentista. A extensão da “proteção à propriedade industrial” para permitir a apropriação do “vivente” corresponde ao movimento que leva o capitalismo a uma apropriação “total” do conjunto das condições da prática social, para transformá-las em ou-

⁶⁹ Ver Jean-Paul Déleage, *Une histoire de l'écologie*, op. cit., p. 268 e ss.

⁷⁰ Joel Kevel, *The Enemy of Nature: The End of Capitalism or the End of the World*. Londres, Zed Books, 2002, p. 149.

tras tantas mediações de sua própria reprodução⁷¹, que é, de modo cada vez mais claro, o de um modo de dominação que interessa a classes e países determinados. O movimento “antimundialista” deve apropriar-se dessa questão de forma mais resoluta do que o fez até o presente momento. É preciso combater, palmo a palmo, a questão das patentes, não somente as dos medicamentos, mas igualmente as relativas às sementes e, mais geralmente, todas que dizem respeito à apropriação da biosfera.

Tampouco pode haver combate conseqüente em questões como a mercantilização da água e do ar, sem que se coloque a questão da propriedade. Tanto o movimento antimundialista quanto o movimento operário devem voltar a colocá-la. A propriedade social, da qual a propriedade pública e o setor público são uma das modalidades, tem dois fundamentos: o caráter social da produção e a troca, à qual soma-se uma certa idéia de bem comum e de interesse geral que transcendem o individualismo e a defesa estreita de interesses particulares que a glorificação da propriedade privada fez florescer. No quadro do capitalismo, a questão da propriedade das condições de existência e de trabalho (em suma, os “meios de produção”) sempre foi a questão democrática por excelência. É nas formas de apropriação social, que seriam internacionais em certos casos e mundiais em outros, que se situam muitos dos elementos de solução da crise ecológica em suas numerosas facetas e determinações.

⁷¹ Alain Bihr, *La reproduction du capital: prolégomènes à une théorie générale du capitalisme*, op. cit.

CHESNAIS, François; SERFATI, Claude. "Ecologia" e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas. *Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, v.1, n.16, 2003, p. 39-75.

Palavras-chave: Ecologia; Questão ambiental; Reprodução social; Marxismo.